

EVANDRO ORTEGA
LEONARDO VIEIRA

MANUAL DE
DIREITO E
PROCESSO
TRIBUTÁRIO

2021

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Diagramação: Luiz Fernando Romeu (lfando_38@hotmail.com)

O77m Ortega, Evandro.
Manual de Direito e Processo Tributário / Evandro Ortega, Leonardo Vieira – São Paulo:
Editora JusPodivm, 2021.
880 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-656-3.

1. Direito Tributário. I. Ortega, Evandro. II. Vieira, Leonardo. III. Título.

CDD 341.39

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

SEÇÃO I – TEORIA GERAL DOS TRIBUTOS

Capítulo I – TRIBUTOS EM GERAL	31
COMO ESTUDAR DIREITO TRIBUTÁRIO.....	31
1. DIREITO TRIBUTÁRIO.....	36
1.1. Introdução: O Direito Tributário como ramo Autônomo do Direito.....	36
1.1.1. Atividade Financeira do Estado	36
1.1.2. Receita Pública	37
1.1.3. Receitas Originárias e Derivadas	37
1.1.4. Direito Tributário.....	38
1.2. Conceito de Tributo Destrinchado.....	40
1.2.1. Prestação Pecuniária, em Moeda ou Cujo Valor Nela se Possa Expressir	41
1.2.2. Prestação Compulsória.....	43
1.2.3. Que não Constitua Sanção de Ato Ilícito	44
1.2.3.1. Progressividade sancionatória	46
1.2.4. Instituída em Lei	47
1.2.5. Cobrada mediante Atividade Administrativa Plenamente Vinculada	48
1.3. Classificação dos Tributos.....	49
1.3.1. Quanto ao Exercício da Competência Tributária: Privativos, Comuns e Residuais	49
1.3.2. Quanto à Competência para Instituição: Federais, Estaduais, Municipais e Distritais	50
1.3.3. Quanto à Finalidade Predominante: Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais	50
1.3.4. Quanto à Atuação do Estado: Vinculados e não Vinculados	52

1.3.5. Quanto ao Destino da Arrecadação: Tributos de Arrecadação Vinculada e não Vinculada	53
1.3.6. Quanto ao Repasse do Ônus Financeiro: Diretos e Indiretos	54
1.3.7. Quanto à Hipótese de Incidência: Reais e Pessoais	56
1.3.8. Quanto à Progressividade: Progressivos, Proporcionais e Fixos	56
1.3.9. Quanto às Bases Econômicas de Incidência: Comércio Exterior, Patrimônio e Renda, Produção e Circulação e Extraordinários ou Especiais	58

Capítulo II - ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS..... 63

COMO ESTUDAR AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	63
2. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....	64
2.1. Da Teoria Binária à Teoria Pentapartida: Quais as Espécies de Tributos?.....	64
2.1.1. Teoria Dualista, Bipartida ou Bipartite	65
2.1.2. Teoria Tripartida, Tricotômica ou Tripartite.....	65
2.1.3. Teoria Quadripartida, Tetrapartida ou Tetrapartite	66
2.1.4. Teoria Pentapartida ou Quinpartida.....	66
2.2. Natureza Jurídica dos Tributos.....	68
2.3. Espécies Tributárias.....	71
2.3.1. Empréstimos Compulsórios.....	72
2.3.2. Contribuições de Melhoria.....	76
2.3.2.1. Base de cálculo e limites individual e geral	79
2.3.3. Contribuições Especiais.....	81
2.3.3.1. Contribuições sociais.....	84
2.3.3.1.1. Contribuições de Seguridade Social ..	84
2.3.3.1.2. Outras Contribuições Sociais.....	85
2.3.3.1.3. Contribuições Sociais Gerais	86
2.3.3.2. Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	87
2.3.3.3. Contribuições corporativas	89
2.3.3.4. Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP.....	92
2.3.4. Impostos.....	94
2.3.4.1. Instituição dos impostos.....	96
2.3.4.2. Os impostos e o princípio da não vinculação (ou não afetação).....	97

2.3.5.	Taxas	98
2.3.5.1.	Competência para instituição das taxas.....	99
2.3.5.2.	Taxas pelo exercício do poder de polícia.....	100
2.3.5.3.	Taxas pela execução de serviços públicos.....	101
2.3.5.4.	A base de cálculo das taxas.....	107
2.3.5.5.	A alíquota das taxas	112
2.3.5.6.	Diferenças entre taxa e tarifa ou preço público	112
2.3.5.7.	Resumo sistematizado das principais taxas e respectivos entendimentos jurisprudenciais....	116
Capítulo III – FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA.....		119
COMO ESTUDAR A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA		119
3.	FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA	121
3.1.	Fato Gerador.....	121
3.1.1.	Fato Gerador e Hipótese de Incidência.....	121
3.1.1.1.	Características e critérios da hipótese de incidência.....	123
3.1.1.2.	Subsunção tributária.....	125
3.1.2.	A Interpretação Objetiva do Fato Gerador.....	125
3.1.3.	Fato Gerador das Obrigações Principal e Acessória.....	127
3.1.3.1.	Momento da ocorrência do fato gerador	128
3.1.4.	Desconsideração de Atos e Negócios Jurídicos Fraudulentos	133
3.1.4.1.	Elisão, Evasão e Elusão Fiscal.....	133
3.1.4.2.	Norma geral antielisão fiscal	135
3.1.5.	Classificação do Fato Gerador	139
3.1.5.1.	Fato gerador simples ou instantâneo.....	139
3.1.5.2.	Fato gerador periódico simples ou contínuo ...	140
3.1.5.3.	Fato gerador periódico composto ou complexo	140
3.2.	Obrigação Tributária.....	142
3.2.1.	Obrigação Tributária Principal.....	142
3.2.2.	Obrigação Tributária Acessória.....	143
3.2.3.	Sujeitos da Obrigação Tributária.....	146
3.2.3.1.	Sujeito ativo.....	147
3.2.3.2.	Sujeito passivo	151
3.2.4.	Domicílio Tributário	160

Capítulo IV – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	163
COMO ESTUDAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	163
4. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	164
4.1. Direito Tributário.....	164
4.1.1. Conceito, Objeto, Natureza e Finalidade	164
4.1.2. Fontes do Direito Tributário	165
4.2. Legislação Tributária: Conceito e Disposições Gerais	166
4.2.1. As Leis.....	168
4.2.1.1. Leis em sentido estrito, medidas provisórias, leis delegadas e decretos-lei.....	168
4.2.1.2. Resoluções do Senado Federal e decretos legislativos.....	169
4.2.2. Tratados e Convenções Internacionais.....	171
4.2.3. Os Decretos.....	174
4.2.4. As Normas Complementares.....	175
4.2.4.1. Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.....	175
4.2.4.2. Decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa	176
4.2.4.3. Práticas reiteradamente observadas pelas au- toridades administrativas.....	176
4.2.4.4. Os convênios celebrados entre União, os Es- tados, Distrito Federal e Municípios	177
4.2.4.5. Observância das Normas Complementares.....	177
4.3. Vigência da Legislação Tributária.....	179
4.3.1. Noções Gerais	179
4.3.2. Vigência Temporal da Legislação Tributária.....	181
4.3.3. Vigência Espacial da Legislação Tributária.....	183
4.4. Aplicação da Legislação Tributária	184
4.4.1. Irretroatividade no CTN.....	185
4.4.2. Casos em que a Legislação Tributária Poderá Retroagir	186
4.4.2.1. Leis expressamente interpretativas.....	186
4.4.2.2. Leis mais benéficas nos casos de infrações e penalidades	189
4.5. Interpretação da Legislação Tributária.....	192
4.5.1. Critérios de Interpretação	192
4.5.1.1. Interpretação quanto à fonte.....	193

4.5.1.2. Interpretação quanto aos efeitos.....	193
4.5.2. Interpretação da Legislação Tributária no CTN	194
4.5.2.1. Interpretação necessariamente literal	194
4.5.2.2. Interpretação benigna em matéria de infrações	196
4.5.2.3. Princípios gerais de direito privado.....	197
4.5.2.4. Institutos, conceitos e formas de direito privado.....	198
4.6. Integração da Legislação Tributária	200

Capítulo V – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR - PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS..... 205

COMO ESTUDAR OS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	205
5. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.....	207
5.1. Princípios Tributários.....	207
5.1.1. Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal.....	210
5.1.1.1. Exceções ao Princípio da Legalidade	215
5.1.1.2. Legalidade e os decretos regulamentares.....	217
5.1.1.3. Legalidade, Medidas Provisórias e Leis Delegadas	220
5.1.1.4. Benefício fiscal e princípio da legalidade.....	222
5.1.1.5. Correção monetária e princípio da legalidade.....	224
5.1.2. Princípio da Isonomia	225
5.1.3. Princípio da Capacidade Contributiva	230
5.1.3.1. Princípio da capacidade contributiva e sigilo bancário	232
5.1.4. (Macro)Princípio da Não Surpresa.....	233
5.1.4.1. Princípio da irretroatividade.....	234
5.1.4.2. Princípio da anterioridade anual.....	238
5.1.4.3. Princípio da anterioridade nonagesimal (ou noventena)	247
5.1.5. Princípio do Não Confisco ou da Razoabilidade na Tributação	252
5.1.5.1. Não-confisco e a vedação às sanções políticas.....	256
5.1.6. Princípio da Não Limitação ao Tráfego de Pessoas e Bens	257
5.1.7. (Macro)Princípio da Preservação do Pacto Federativo...	260

5.1.7.1. Princípio da uniformidade da tributação no território nacional.....	260
5.1.7.2. Princípio da uniformidade da tributação da renda	261
5.1.7.3. Princípio da vedação às isenções heterônomas	261
5.1.8. Princípio da Não Discriminação Baseada em Procedência ou Destino	264
5.1.9. Princípio da Transparência Tributária	265

Capítulo VI – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR - IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

COMO ESTUDAR AS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	267
6. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.....	268
6.1. Conceito.....	268
6.2. Distinções Necessárias.....	270
6.2.1. Imunidade, não incidência, isenção, alíquota zero e remissão: conteúdos jurídicos distintos e efeitos práticos semelhantes	270
6.2.2. Imunidades e isenções	272
6.2.3. Imunidades e obrigações acessórias.....	274
6.3. Que Espécie Legislativa pode prever os Requisitos para Gozo ou Fruição de uma Imunidade Tributária?.....	275
6.4. Classificações das Imunidades.....	276
6.4.1. Imunidades subjetivas, objetivas ou mistas	276
6.4.1.1. Imunidades subjetivas e os contribuintes de fato	277
6.4.2. Imunidades ontológicas e políticas	278
6.4.3. Imunidades explícitas e implícitas.....	279
6.4.4. Imunidades condicionadas e incondicionadas.....	279
6.4.5. Imunidades gerais e específicas.....	280
6.5. Espécies de Imunidades Tributárias	280
6.5.1. Imunidade tributária recíproca	281
6.5.1.1. Autarquias e fundações públicas.....	283
6.5.1.2. Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	285
6.5.1.3. Promitente comprador	290
6.5.1.4. Imunidade recíproca e os tributos indiretos	290

6.5.1.5. Arrendamento, cessão de uso de bem público e sucessão.....	291
6.5.1.6. Outras decisões do STF sobre a imunidade tributária recíproca.....	293
6.5.2. Imunidade religiosa.....	295
6.5.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.....	299
6.5.3.1. Requisitos legais para o reconhecimento da imunidade das instituições de educação e de assistência social.....	301
6.5.3.2. Imunidade e as entidades de previdência social.....	303
6.5.3.3. Outras decisões sobre a imunidade das instituições de educação e de assistência social....	305
6.5.4. Imunidade cultural.....	307
6.5.4.1. Imunidade e os materiais utilizados na confecção dos livros, jornais e periódicos.....	309
6.5.4.2. Imunidade e os serviços correlatos aos livros, jornais e periódicos	311
6.5.4.3. Imunidade dos livros eletrônicos (<i>e-books</i>)	311
6.5.5. Imunidade musical.....	313
6.5.6. Outras imunidades	314

Capítulo VII – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA..... 317

COMO ESTUDAR A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA..... 317

7. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	319
7.1. Responsabilidade por Substituição e por Transferência.....	321
7.2. Responsabilidade Pessoal, Solidária e Subsidiária.....	322
7.3. Responsabilidade Por Substituição	324
7.3.1. Substituição tributária regressiva.....	324
7.3.2. Substituição tributária progressiva	326
7.3.2.1. A constitucionalidade da substituição tributária progressiva	328
7.3.2.2. A possibilidade de restituição	330
7.3.2.2.1. Diferença entre a base de cálculo presumida e a efetiva.....	331
7.4. Responsabilidade por Transferência	334
7.4.1. Responsabilidade por solidariedade	334
7.4.2. Responsabilidade por sucessão.....	336

7.4.2.1. Responsabilidade na transmissão de bens imóveis.....	337
7.4.2.2. Responsabilidade na transmissão de bens móveis.....	343
7.4.2.3. Responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	345
7.4.2.4. Responsabilidade na sucessão empresarial.....	348
7.4.3. Responsabilidade de terceiros.....	357
7.4.3.1. Responsabilidade de terceiros por atuação regular.....	358
7.4.3.2. Responsabilidade de terceiros por atuação irregular.....	361
7.5. Responsabilidade por Infrações.....	366
7.5.1. Responsabilidade pessoal do agente.....	367
7.5.2. Denúncia espontânea.....	369
7.5.2.1. Denúncia espontânea, parcelamento e depósito do montante integral.....	370
7.5.2.2. Denúncia espontânea e obrigações acessórias..	371
7.5.2.3. Denúncia espontânea e os tributos sujeitos a lançamento por homologação.....	371

Capítulo VIII – LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 375

COMO ESTUDAR O LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	375
8. LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	376
8.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	376
8.1.1. Lançamento tributário: procedimento ou ato?.....	378
8.1.2. Natureza jurídica do lançamento tributário.....	378
8.1.3. Consumação do lançamento tributário.....	380
8.1.4. Autonomia da obrigação tributária ante o crédito tributário.....	380
8.2. Competência para o Lançamento.....	380
8.3. Legislação aplicável ao Lançamento.....	382
8.3.1. Impostos lançados por períodos certos de tempo.....	384
8.3.2. Taxa de câmbio aplicável ao lançamento.....	385
8.4. Alteração do Lançamento.....	385
8.4.1. Impugnação do sujeito passivo.....	386
8.4.2. Recurso de ofício (ou remessa necessária) e recurso voluntário.....	387
8.4.3. Iniciativa de ofício da autoridade administrativa.....	387
8.4.4. Erro de direito e erro de fato.....	388

8.5. Modalidades de Lançamento.....	389
8.5.1. Lançamento de ofício ou direto.....	389
8.5.2. Lançamento por declaração ou misto.....	392
8.5.3. Lançamento por homologação ou “autolançamento”....	393
8.5.3.1. Atos praticados pelo sujeito passivo após o fato gerador.....	394
8.5.3.2. Homologação expressa ou tácita.....	395
8.5.4. A técnica do arbitramento.....	396
Capítulo IX – EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	401
COMO ESTUDAR EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	401
9. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	402
9.1. Isenção.....	403
9.2. Anistia.....	408
9.3. Quadro comparativo entre isenção e anistia.....	409
Capítulo X – SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	411
COMO ESTUDAR SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	411
10. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	412
10.1. Moratória.....	414
10.1.1. Créditos abrangidos pela moratória.....	417
10.1.2. Requisitos para concessão da moratória e moratória parcelada (diferenciação em relação ao parcelamento). ..	418
10.2. Parcelamento.....	419
10.2.1. Parcelamento de devedores em recuperação judicial... ..	421
10.3. Reclamações e Recursos no Âmbito do Processo Administrativo Fiscal.....	422
10.4. Liminar em Mandado de Segurança e Liminar ou Tutela An- tecipada em outras Ações Judiciais.....	423
10.5. Depósito do Montante Integral.....	425
Capítulo XI – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	427
COMO ESTUDAR EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	427
11. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	429
11.1. Pagamento.....	430
11.1.1. Efeitos da mora no pagamento.....	431
11.1.2. Imputação em pagamento.....	432

11.1.3. Pagamento indevido e restituição.....	433
11.2. Compensação	440
11.3. Transação	442
11.4. Remissão	443
11.5. Consignação em Pagamento.....	445
11.6. Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento	446
11.7. Conversão do Depósito em Renda.....	447
11.8. Decisão Administrativa Irreformável	447
11.9. Decisão Judicial Transitada em Julgado	448
11.10. Dação em Pagamento de Bens Imóveis.....	448
11.11. Decadência.....	449
11.12. Prescrição	454

Capítulo XII – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA..... 459

COMO ESTUDAR ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	459
12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	459
12.1. Fiscalização.....	460
12.1.1. Poderes das autoridades administrativas.....	460
12.1.2. Deveres das autoridades administrativas	463
12.1.2.1. Termo de início da fiscalização.....	463
12.1.2.2. O dever de manter sigilo	464
12.1.2.3. A permuta de informações sigilosas.....	466
12.2. Dívida ativa	466
12.3. Certidões negativas de débito	469
12.3.1. Certidões positivas com efeitos de negativas.....	469
12.3.2. Dispensa da apresentação de certidão negativa.....	470
12.3.3. Responsabilidade por expedição de certidão com erro...	471
12.4. Meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas..	471

Capítulo XIII – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO... 473

COMO ESTUDAR GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	473
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	474
13.1. Garantias do crédito tributário.....	474
13.1.1. A totalidade dos bens e rendas responde pelo crédito tributário	475
13.1.2. Presunção de fraude à execução fiscal	477

13.1.3. A indisponibilidade dos bens – art. 185-A.....	478
13.1.4. Prova de quitação dos tributos	479
13.2. Privilégios do crédito tributário.....	480
13.2.1. Regras relativas ao processo de falência.....	480
13.2.2. Regras relativas aos processos de inventário ou arrolamento e de liquidação judicial ou voluntária.....	482
13.2.3. Autonomia da execução fiscal	482
13.2.4. Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público	483

SEÇÃO III – IMPOSTOS EM ESPÉCIE

Capítulo XIV – IMPOSTOS FEDERAIS.....	487
COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS FEDERAIS.....	487
14. IMPOSTOS FEDERAIS	489
14.1. Imposto de importação.....	489
14.1.1. Fato gerador.....	490
14.1.2. Local de incidência.....	491
14.1.3. Momento de ocorrência do fato gerador	492
14.1.3.1. Despacho de Importação	493
14.1.4. Contribuintes	493
14.1.5. Alíquotas	494
14.1.6. Base de cálculo.....	494
14.1.7. Aspectos gerais	495
14.2. Imposto de exportação	496
14.2.1. Fato gerador	496
14.2.2. Local de incidência	496
14.2.3. Momento de ocorrência do fato gerador	497
14.2.4. Contribuintes.....	497
14.2.5. Alíquotas.....	497
14.2.6. Base de cálculo.....	497
14.3. Imposto de renda	498
14.3.1. Princípios específicos e aspectos gerais.....	498
14.3.2. Fato gerador.....	499
14.3.3. Local de incidência.....	502
14.3.4. Momento de ocorrência do fato gerador	503
14.3.5. Contribuintes	504

14.3.6. Alíquotas	505
14.3.7. Base de cálculo	505
14.3.8. Isenções	506
14.4. Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.....	507
14.4.1. Princípios específicos e aspectos gerais.....	507
14.4.2. Fato gerador.....	510
14.4.3. Momento de ocorrência do fato gerador	511
14.4.4. Local de incidência.....	512
14.4.5. Contribuintes	512
14.4.6. Alíquotas	513
14.4.7. Base de cálculo.....	513
14.5. Imposto Sobre Operações Financeiras.....	515
14.5.1. Fato gerador.....	515
14.5.2. Momento de ocorrência do fato gerador	516
14.5.3. Local de incidência.....	517
14.5.4. Contribuintes	517
14.5.5. Alíquotas	517
14.5.6. Base de cálculo.....	518
14.6. Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural.....	519
14.6.1. Aspectos gerais	519
14.6.2. Fato gerador.....	520
14.6.3. Local de incidência.....	521
14.6.4. Momento de ocorrência do fato gerador	522
14.6.5. Sujeito ativo	523
14.6.6. Contribuintes	524
14.6.7. Alíquotas	524
14.6.8. Base de cálculo.....	524
14.7. Imposto Sobre Grandes Fortunas.....	525
Capítulo XV – IMPOSTOS ESTADUAIS.....	527
COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS ESTADUAIS	527
15. IMPOSTOS ESTADUAIS.....	529
15.1. ICMS.....	529
15.1.1. Características Gerais	529
15.1.2. Classificação.....	531
15.1.3. Aspecto Material.....	532

15.1.3.1. Operações relativas à circulação de mercadorias	533
15.1.3.2. ICMS e operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	537
15.1.3.3. ICMS e operações de comodato.....	541
15.1.3.4. ICMS e as operações societárias.....	542
15.1.3.5. A tributação conjunta de mercadorias e serviços.....	542
15.1.3.6. ICMS e energia elétrica	548
15.1.3.7. A tributação dos serviços de transporte.....	552
15.1.3.8. A tributação dos serviços de comunicação ...	554
15.1.4. Aspecto Espacial.....	561
15.1.4.1. ICMS nas operações interestaduais	565
15.1.4.2. ICMS nas importações.....	568
15.1.5. Aspecto Temporal.....	571
15.1.5.1. Saída de mercadoria para outro estabelecimento do mesmo titular.....	573
15.1.6. Aspecto Quantitativo - Alíquota.....	575
15.1.6.1. Seletividade.....	578
15.1.6.2. Não cumulatividade	578
15.1.7. Aspecto Quantitativo - Base de Cálculo.....	590
15.1.7.1. Imposto “por dentro”.....	591
15.1.7.2. Outros valores que integram a base de cálculo.	591
15.1.7.3. Exclusão do IPI da base de cálculo.....	594
15.1.7.4. Regime de pauta fiscal.....	595
15.1.8. Aspecto Pessoal.....	597
15.1.8.1. Sujeito passivo do ICMS	597
15.1.8.2. Sujeito ativo do ICMS.....	600
15.1.9. Aspectos Relevantes Além da Regra Matriz de Incidência	600
15.1.9.1. Lançamento	600
15.1.9.2. Concessão de benefícios fiscais de ICMS.....	600
15.1.9.3. Restituição do ICMS cobrado indevidamente ..	606
15.1.9.4. Substituição tributária	608
15.1.9.5. Imunidades em relação ao ICMS	612
15.2 Imposto Sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.....	619
15.2.1. Aspecto Quantitativo - Alíquotas.....	620

15.2.3. Aspecto Espacial.....	622
15.2.4. Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo.....	623
15.2.5. Aspecto Material.....	625
15.2.5.1. Doação.....	626
15.2.5.2. Renúncia à herança	626
15.2.5.3. Partilha desproporcional de bens.....	627
15.2.5.4. Fideicomisso	627
15.2.6. Aspecto Temporal.....	628
15.2.7. Regime de Recolhimento.....	629
15.2.7.1. Momento do recolhimento do ITCMD no processo de inventário.....	630
15.2.8. Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo.....	632
15.2.9. Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo.....	633
15.2.10. Lançamento.....	634
15.2.10.1. Lançamento e início da contagem do prazo decadencial nos processos de inventário...	634
15.3. IPVA.....	635
15.3.1. IPVA e a Imunidade Recíproca.....	636
15.3.2. Aspecto Quantitativo – Alíquotas	638
15.3.3. Aspecto Material.....	639
15.3.3.1. IPVA e as embarcações e aeronaves	640
15.3.4. Aspecto Temporal.....	641
15.3.5. Aspecto Espacial.....	641
15.3.6. Aspecto Quantitativo – Base de Cálculo.....	641
15.3.7. Aspecto Pessoal – Sujeito Ativo.....	642
15.3.8. Aspecto Pessoal – Sujeito Passivo.....	642
15.3.8.1. <i>Leasing</i> ou arrendamento mercantil	642
15.3.8.2. Responsabilidade do antigo proprietário em relação ao IPVA.....	643
15.3.9. Lançamento.....	644
15.3.9.1. Notificação do lançamento e prazo prescri- cional	644
Capítulo XVI – IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	647
COMO ESTUDAR OS IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	647
16. IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	648
16.1. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou ISSQN.....	648

16.1.1. Características gerais do imposto.....	648
16.1.2. Fato gerador do ISS (aspecto material).....	650
16.1.2.1. Exportação de serviços.....	655
16.1.2.2. Operações mistas: ISS x ICMS	656
16.1.2.3. Serviços bancários.....	657
16.1.2.4. Contrato de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)..	657
16.1.2.5. Contrato de franquia.....	658
16.1.2.6. Planos de saúde e seguro-saúde	660
16.1.2.7. Construção civil	662
16.1.2.8. Serviço de transporte municipal.....	665
16.1.2.9. Serviço de licenciamento ou cessão de direitos sobre <i>softwares</i>	666
16.1.3. Imunidades	667
16.1.4. Local da incidência tributária (aspecto espacial).....	670
16.1.4.1. Alterações promovidas pela Lei Complementar nº 175/2020 no ISS.....	674
16.1.5. Sujeitos da relação jurídico-tributária no ISS (aspecto subjetivo ou pessoal).....	676
16.1.5.1. Sujeito ativo.....	676
16.1.5.2. Contribuinte.....	676
16.1.6. Base de cálculo.....	680
16.1.7. Alíquota.....	682
16.1.7.1. ISS-Fixo	684
16.1.8. Regime de restituição.....	685
16.1.9. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal).....	686
16.1.10 Lançamento.....	687
16.2. Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.....	688
16.2.1. Fato gerador (aspecto material)	688
16.2.2. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal).....	692
16.2.3. Local de incidência (aspecto espacial).....	693
16.2.3.1. Imóveis com destinação rural localizados em zona urbana.....	694
16.2.4. Sujeito ativo	695
16.2.5. Contribuintes	695
16.2.6. Desapropriação, usucapião e IPTU	697
16.2.7. Loteamentos irregulares e o IPTU	699

16.2.8. Imunidades e IPTU.....	699
16.2.9. Base de cálculo.....	702
16.2.10 Alíquotas.....	704
16.2.11 Lançamento.....	707
16.3. ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis.....	707
16.3.1. Imunidades e o ITBI.....	708
16.3.2. Aspecto material.....	711
16.3.3. Momento em que se considera ocorrido o fato gerador (aspecto temporal).....	716
16.3.4. Local de incidência (aspecto espacial).....	718
16.3.5. Sujeito ativo.....	718
16.3.6. Sujeito passivo (contribuinte).....	718
16.3.7. Base de cálculo.....	719
16.3.8. Alíquota.....	721

Capítulo XVII – REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS..... 723

COMO ESTUDAR REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	723
17. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS...	724
17.1. Introdução.....	724
17.2. Repartição direta e indireta.....	725
17.3. Tributos sujeitos e não sujeitos à repartição.....	725
17.4. Repartição direta.....	727
17.4.1. Repartição do IR com Estados e DF.....	727
17.4.2. Repartição do IR com Municípios.....	727
17.4.2. Repartição do IOF-Ouro com DF, Estados e Municípios.....	728
17.4.4. Repartição do ITR com Municípios.....	728
17.4.5. Repartição do IPVA com os municípios.....	729
17.4.6. Repartição do ICMS com os municípios.....	729
17.4.7. Repartição dos impostos residuais com os Estados e o DF.....	730
17.5. Repartição indireta.....	731
17.5.1. Fundo de participação dos Estados, Fundo de participação dos Municípios e Fundo de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.....	731
17.5.2. Compensação à desoneração das exportações.....	733

Capítulo XVIII – SIMPLES NACIONAL.....	735
COMO ESTUDAR O SIMPLES NACIONAL.....	735
18. SIMPLES NACIONAL.....	737
18.1. Noções gerais.....	737
18.2. Definição de ME e EPP.....	738
18.3. Receitas de exportação.....	741
18.4. Os sublimites e as condições diferenciados por estado, DF ou município.....	741
18.5. Vedações à opção.....	743
18.5.1. Vedação plena.....	743
18.5.2. Vedação parcial.....	745
18.5.3. Permissão expressa para opção.....	749
18.6. Opção pelo Simples.....	752
18.7. Exclusão do Simples.....	752
18.8. Tributos abrangidos pelo Simples.....	754
18.9. Tributos não abrangidos pelo Simples Nacional.....	756
18.10 Substituição Tributária e Tributação Monofásica.....	757
18.11 ICMS e ISS com valor fixo para as microempresas.....	759
18.12 Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução de PIS, COFINS e ICMS para produtos da cesta básica.....	760
18.13 Redução de alíquotas na aquisição de bens para o ativo imobilizado.....	760
18.14 Faixas de incidência e parcelas de cada tributo.....	760
18.15 Não-cumulatividade.....	762
18.16 Regime de competência e regime de caixa.....	763

SEÇÃO III – PROCESSO TRIBUTÁRIO

Capítulo XIX – EXECUÇÃO FISCAL.....	767
COMO ESTUDAR A EXECUÇÃO FISCAL.....	767
19. EXECUÇÃO FISCAL.....	769
19.1. Aplicabilidade da lei de execuções fiscais.....	769
19.2. Dívida ativa.....	771
19.2.1. Conceito.....	771
19.2.2. Inscrição em Dívida Ativa.....	773
19.2.3. Classificação.....	779
19.2.3.1. Dívida Ativa não tributária – Tribunal de Contas.....	779

19.2.3.2. Dívida Ativa não tributária – multas ambientais.....	781
19.2.3.3. Dívida Ativa não tributária – multas do PRO-CON	783
19.2.3.4. Dívida Ativa não tributária – multa penal	784
19.2.4. Protesto da Certidão de Dívida Ativa	787
19.3. Competência.....	789
19.4. Legitimados.....	792
19.4.1. Redirecionamento da execução fiscal	795
19.4.1.1. Conceito	795
19.4.1.2. Redirecionamento x Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	796
19.4.1.3. Hipóteses de redirecionamento na jurisprudência.....	800
19.4.1.4. Prescrição no redirecionamento da Execução Fiscal.....	801
19.5. Processo judicial tributário	803
19.5.1. Petição inicial	803
19.5.2. Citação	806
19.5.2.1. Despacho ordenando a citação interrompe a prescrição	807
19.5.2.2. Citação por edital.....	809
19.5.3. Garantia da Execução Fiscal.....	810
19.5.3.1. Depósito em dinheiro	811
19.5.3.2. Fiança bancária e seguro garantia	812
19.5.3.3. Oferta de bens à penhora.....	812
19.5.4. Penhora	812
19.5.4.1. Princípio da menor onerosidade x Princípio da realização da execução no interesse do credor	822
19.5.4.2. Substituição de seguro garantia ou fiança bancária.....	824
19.5.5. Inscrição do devedor em cadastro de inadimplência e medidas afilivas	825
19.5.6. Prescrição intercorrente da execução fiscal	826
19.5.7. Extinção da Execução Fiscal	832
19.5.7.1. Renúncia nas ações de execução fiscal.....	833
19.5.7.2. Sucumbência.....	835
19.6. Fraude à execução	837

19.7. Meios de defesa/impugnação do executado.....	839
19.7.1. Embargos à execução.....	840
19.7.2. Exceção de pré-executividade	842
19.8. Execução fiscal e os processos de falência e recuperação judicial	844
19.8.1. Falência.....	844
19.8.2. Recuperação Judicial.....	849
Capítulo XX – MEDIDA CAUTELAR FISCAL E DEMAIS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	851
COMO ESTUDAR A MEDIDA CAUTELAR FISCAL E AS DEMAIS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	851
20. MEDIDA CAUTELAR FISCAL E DEMAIS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	853
20.1. Medida cautelar fiscal.....	853
20.1.1. Conceito e Objetivos.....	853
20.1.2. Competência.....	853
20.1.3. Hipóteses de Cabimento.....	854
20.1.4. Procedimento.....	855
20.2. Ações em Matéria Tributária.....	859
20.2.1. Ação Declaratória	859
20.2.2. Ação Anulatória de Débito Fiscal.....	861
20.2.3. Mandado de Segurança.....	864
20.2.4. Ação de Repetição de Indébito Tributário	869
20.2.5. Ação Rescisória	870